



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

RIACHÃO DO DANTAS DA COMARCA DE RIACHÃO DO DANTAS
Rodovia, Bairro Centro, Riachão do Dantas/SE, CEP 49320000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202089101035	Distribuição: 25/08/2020
Número Único: 0001028-14.2020.8.25.0007	Competência: Riachão do Dantas
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita

Dados das Partes

Requerente: MARIA APARECIDA DOS SANTOS
Endereço:
Complemento:
Bairro:
Cidade: RIACHAO DO DANTAS - Estado: SE - CEP: 49320000
Requerente: Advogado(a): LAERTE PEREIRA FONSECA 6779/SE
Requerido: SEGURADORA LIDER DE CONSORCIO DPVAT
Endereço: RUA DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

RIACHÃO DO DANTAS DA COMARCA DE RIACHÃO DO DANTAS
Rodovia, Bairro Centro, Riachão do Dantas/SE, CEP 49320000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIACHÃO DO DANTAS DA COMARCA DE RIACHÃO DO DANTAS
Rodovia, Bairro Centro, Riachão do Dantas/SE, CEP 49320000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202089101035

DATA:

25/08/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202089101035, referente ao protocolo nº 20200825151903730, do dia 25/08/2020, às 15h19min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



AO DOUTO JUIZO DE DIREITO DA ____VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIACHÃO DO DANTAS (SE).

MARIA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, maior, capaz, casada, lavradora, portadora do CPF n.º 839.633.615-53, Identidade n.º 1.406.949, 2ª via, SSP (SE), residente e domiciliada na Travessa de Jackson Figueiredo, n.º 102, Povoado Tanque Novo, Riachão do Dantas (SE), CEP: 49.320-000, por meio do seu procurador firmatário, devidamente constituído, vêm, a presença de Vossa Excelência, com todo o respeito, consubstanciado na Lei 6.194/74 c/c 8.441/92 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DPVAT

Frente a: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, localizada na Rua Senador Dantas, 74, 5.º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20031-205 pelos fatos e fundamento adiante elencados:



I. PRELIMINARMENTE – DA GRATUIDADE

A Requerente é aposentado e pobre na forma da lei, não possuindo recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família, diante disso com fulcro no Art. 98, § 1º e incisos, do NCPC, requer a gratuidade da justiça compreendendo todas as despesas relacionadas no rol do parágrafo primeiro e seus incisos.

II. DOS FATOS

A Requerente no dia 17 de agosto de 2019, quando trafegava na garupa da motocicleta HONDA/POP, placa QMF8394 veio a sofrer um grave acidente.

Em virtude do acidente, a requerente figura como beneficiária da Indenização do Seguro DPVAT, tendo sido solicitado através do processo administrativo n.º 3200127150.

No entanto, inobstante a Requerente tenha sofrido uma grave **Lesão no joelho direito (CID T93)**, teve o pedido indenizatório do seguro obrigatório DPVAT indeferido, **sem este sequer proceder com qualquer perícia médica, e sem considerar a gravidade da lesão sofrida pela Requerente,** o que causou-lhe grande espanto e decepção.

Conforme se pode ver no relatório médico, os problemas de saúde da Requerente são graves, pois **passou por intervenção cirúrgica e até a presente data sofre com as sequelas** que a incapacitaram. Senão, vejamos:



Atesto que a sra. supracitada, 41 anos , foi vítima de acidente de moto em agosto/2019 e apresentou ferimento contuso extenso em joelho direito – o que necessitou intervenção cirúrgica – rafia de pele pelo cirurgião geral. Ao iniciar seguimento clínico – aos 10 meses de trauma – houve uma suspeita de lesão do tendão quadrícipital. Refere dor persistente em joelho , sem melhora com o supotr medicamentoso.

Clinicamente, apresenta : cicatriz cirúrgica extensa em região pré-patelar, dor em pólo superior da patela e com a extensão resistida do joelho. Pela Ressonância Magnética do segmento (junho / 2020), confirma-se degeneração tendinosa em região insercional do quadríceps em pólo superior da patela , tendinopatia patelar com rotura parcial intra-substancial proximal e lesão na junção miotendínea do vasto medial adjacente.

Ora, Excelência, a Lei 6.194/74, que trata do seguro em questão, prevê a indenização para os casos que resultem em invalidez, como será bem delineado adiante, de modo que o valor devido aos danos dessa natureza podem alcançar até **R\$13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**.

Excelência, o mesmo dispositivo legal traz uma gradação de valores indenizatórios, que levam em consideração o grau de lesão do beneficiário, a saber:

- *R\$13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais): no caso de morte;*
- *Até R\$13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais): no caso de invalidez permanente;*



Destarte, a Requerida não cumpriu com o que estabelece e determina a legislação em vigor, posto que a Autora se enquadre no caso de **INVALIDEZ PERMANENTE**. No entanto, não recebeu nenhum valor..

É, portanto, que a negatória por parte da Requerida não é condizente com a previsão legal e com a seriedade das lesões sofridas pela Autora em detrimento do acidente sofrido, uma vez que mesmo realizando cirurgia, ainda se encontra com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.

Observe-se, outrossim, que a própria requerida prevê o pagamento proporcional aos casos de invalidez parcial, variando entre 10%, 25%, 50% e 75% do valor acima informando, conforme extrai da sua cartilha (fonte: <https://www.seguradoralider.com.br/Documents/documentos/Cartilha%20M%C3%A9dica%20D%20PVAT-16%20-%20WEB.pdf>)

Invalidez Permanente Parcial Incompleta	Percentuais variam caso a caso	Deverá ser efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional da mesma forma realizada na “Parcial Completa”, sendo feita, em seguida, a redução proporcional da indenização: 75% para as perdas de repercussão intensa; 50% para as perdas de repercussão média; 25% para as perdas de repercussão leve; e 10% para sequelas residuais.
--------------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Até R\$3.375,00 (25%)
Perda completa da mobilidade de um joelho, tornozelo ou quadril.



Nesse diapasão, a Tabela de Indenização de Seguros DPVAT em Função do Grau de Invalidez determina o pagamento dos seguintes valores em decorrência da citada lesão: **R\$3.375,00 (Três mil trezentos e setenta e cinco reais);**

Diante do exposto, é inquestionável a natureza incapacitante da lesão da Requerente, de modo que a indenização que deveria ter sido paga pela Requerida corresponde, a **R\$3.375,00 (Três mil trezentos e setenta e cinco reais).**

Ressalta-se, ainda, que o não pagamento valor à Autora causará enriquecimento ilícito da seguradora, haja vista ser seu dever proceder com o devido pagamento das indenizações dos seus beneficiários.

Desse modo, resta claro que a Autora buscou resolver sua situação administrativamente, visando o valor adequado da sua indenização, apresentando relatórios médicos, laudos periciais, tendo todos os requisitos cumpridos.

No entanto, ainda assim, tudo foi em vão, posto que, injustificadamente, a Demandada não efetuou o pagamento, não havendo outra forma da Requerente alcançar o seu direito, a não ser com a intervenção judicial, através presente demanda consequente condenação da Ré ao pagamento deste.

III. A PRESENTE AÇÃO DE COBRANÇA NÃO ESTÁ CONDICIONADA AO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA.

Assim julgou o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO FIXADA EM SALÁRIOS MÍNIMOS. CABIMENTO. INOCORRENCIA DE PRESCRIÇÃO. IRRELEVANCIA DO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. A prescrição anual é aplicável somente nos casos em que o segurado promove ação contra a seguradora ou esta contra aquele. No caso concreto, em se tratando de ação de cobrança de seguro DPVAT, o prazo prescricional é de três anos, consoante previsão do artigo 206, § 3º, inciso IX, combinado com o artigo 2028, ambos do Novo Código Civil. Para a concessão da indenização do seguro DPVAT é irrelevante o esgotamento da via administrativa, uma vez que o beneficiário pode ingressar diretamente Com pedido judicial, bastando à simples prova da ocorrência do sinistro e do dano dele decorrente. O artigo 3º, letra “b” da lei 6.194/74 estabelece o valor de até 40 salários mínimos para indenização por invalidez permanente. Inoperabilidade da CNSP nº 35/2000, frente à lei 6.194/74. A indenização securitária não pode ser corrigida monetariamente, pena de duplicidade, posto que, nos termos da lei extravagante deve ser fixada em salários mínimos e paga com base no valor vigente à época do pagamento. Os juros de mora incidirão desde a citação, no percentual de 1 % ao mês, a teor do disposto no artigo 406 deste codex, combinando com o artigo 161, § 1º, do CTN.

SENTENÇA CONFIRMADA. APELO IMPROVIDO.

**APELAÇÃO CÍVEL – QUINTA CÂMARA CÍVEL N.º 70010648749 – COMARCA DE PORTO ALEGRE
APELANTE PHENIX SEGURADORA; APELADA
NEUSA FÁTIMA CATARINO**

Assim julgou a turma Recursal de Divinópolis (MG):



SEGURO DPVAT - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO - VALOR DA AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) PEDIDO ADMINISTRATIVO PRÉVIO- DESNECESSIDADE - INAFASTABILIDADE DA APRECIAÇÃO JURISDICIONAL - IRRETROATIVIDADE DA LEI N.º 8.441/94 - INCAPACIDADE DE RESOLUÇÃO DO CNSP QUE FIXA VALOR INDENIZATÓRIO - RECURSO MERAMENTE PROTELATÓRIO - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - CONDENAÇÃO MANTIDA. Não há que se exigir prévio pedido administrativo de indenização junto à seguradora para Posterior ingresso em juízo, tendo em vista o princípio da inafastabilidade da apreciação do Poder Judiciário.

Quando os pedidos são fundados exclusivamente na Lei n.º 6.194/74, é irrelevante o argumento de que a Lei n.º 8.441/94 não retroage.

Considerando o critério hierárquico de interpretação das normas, deve Prevalecer a Disposição do texto da lei federal (Lei n.º 6.194/74) e não as normas regulamentadoras do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) quanto à fixação do quantum Indenizatório.

(1ª Turma Recursal de Divinópolis – Rec. n.º 223.05.178621-6 – Rel. Juiz João Martiniano Vieira Neto). Boletim n.º 90

Pois bem, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXV, confere garantia de apreciação do judiciário no caso de lesão ou ameaça a direito ou até mesmo a expectativa de direito.

O mesmo artigo consagra o princípio da Inafastabilidade do Poder Judiciário e o Direito de Ação.

O princípio da Inafastabilidade do Poder Judiciário vincula o magistrado ao exercício da prestação jurisdicional.



Após a provocação, fica o magistrado adstrito ao dever oferecer a prestação jurisdicional sempre que pressupostos processuais e as condições da ação estiverem nos termos de nosso Código de Processo Civil.

Não se pode entender o prévio ingresso administrativo como caracterização de interesse de agir, sob pena de estar limitando o gozo das garantias constitucionais aqui citadas.

A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Belo Horizonte/MG, já consolidou o entendimento referente à desnecessidade do prévio ingresso administrativo, como se nota em trecho da ementa do acórdão do processo de nº 2005.38.00.003675-9: ***“Desnecessidade de prévio requerimento administrativo. Garantia constitucional ao livre acesso à justiça. Recurso provido. Sentença cassada.”***

De acordo com a ideologia de Nelson Nery Junior, o direito à ação é um direito cívico abstrato, que traz consigo um direito subjetivo de análise de mérito de sua pretensão, seja esta de acolhimento ou mesmo de rejeição do pleito.

O Supremo Tribunal Federal torna clara a questão na decisão do Recurso Extraordinário de número 172.084/MG. , Relator Ministro Marco Aurélio, ao afirmar que:

“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta da República.”

O fato de a Constituição Federal reconhecer a todas as pessoas o direito de obter tutela judicial efetiva por parte dos juízes ou Tribunais no exercício de seus direitos e interesses legítimos, não desobriga o Poder Judiciário de



conhecer das questões que lhes são levadas por ausência de requerimento administrativo, sendo dever de o Estado apreciar as questões que lhes são submetidas.

IV. DOS FUNDAMENTOS

Dispõe o Artigo 5.º, caput, da Lei 6.194/74:

Artigo 5.º - A indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

assim dispõe:

Nesse diapasão, a Lei 6.194 de 1974, em seu artigo 3º,

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Dessa forma, consoante já fora devidamente delineado, as lesões da Requerente se enquadram como invalidez, de onde decorre o seu direito à percepção de valor que se enquadre na previsão do dispositivo trazido.

Sendo assim, é necessário avaliar o grau da incapacidade da Autora, a fim de que seja identificado que a mesma tem direito a receber a indenização devida.



Sobre a gradação da incapacidade, dispõe o Art. 3º, da Lei 6.194/1974, já supramencionado:

At. 3º. (...) § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Nesse passo, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474, assegurando o pagamento da indenização com observância do grau da invalidez do beneficiário, *in verbis*:



Súmula 474. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

De acordo com os fatos acima expostos, houve total desrespeito com a integridade da Requerente.

manifestando, a saber:

Nesse sentido, os Tribunais de Justiça pelo país vem se

Apelação Cível. Ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT). Acidente de trânsito ocorrido em 10/11/2015. Invalidez parcial permanente. Fato, dano e nexo de causalidade comprovados. Indenização cabível. Prequestionamento. I. Da leitura do caderno processual, mormente da documentação anexada à inicial, do laudo médico pericial e do parecer médico de assistência técnica, tenho que resta comprovado que, em decorrência do acidente de trânsito de que foi vítima, a Autora/apelado apresenta invalidez parcial permanente funcional incompleta, de intensidade moderada (50%), para membro inferior esquerdo, estando correta a sentença vergastada, que reconhece o direito da Autora/apelado à indenização do seguro obrigatório DPVAT, proporcional ao seu grau de invalidez (Súmula nº 474 da colenda Corte da Cidadania). II. O magistrado não precisa esmiuçar todos os dispositivos legais indicados pela parte, bastando que demonstre as razões de seu convencimento, sendo certo que o imprescindível é a análise, pelo órgão jurisdicionado, de toda a matéria aventada no recurso. Apelação Cível conhecida e desprovida. Sentença mantida. (TJ-GO - Apelação (CPC): 02512923420168090105, Relator: CARLOS ALBERTO FRANÇA, Data de Julgamento: 02/09/2019, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 02/09/2019)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR – REJEITADA – O PRÉVIO



**REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO NÃO
CONDICIONA A PROPOSITURA DA DEMANDA
JUDICIAL – PRECEDENTES DESTA CORTE DE
JUSTIÇA. -COBERTURA PARA CICLOMOTOR COM 50
CILINDRADAS – CARACTERIZADO O ACIDENTE DE
TRÂNSITO É CABÍVEL A INDENIZAÇÃO COBERTA
PELO DPVAT , CONSOANTE JURISPRUDÊNCIA DO
STJ (AGINT NO ARESP 1261194/RS). -DEMONSTRADA
A LESÃO DECORRENTE DO INFORTÚNIO NO
TRÂNSITO - PROVA PERICIAL APONTANDO
INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPLETA -
PERDA DA VISÃO EM UM OLHO - PERCENTUAL
EQUIVALENTE DE 50% - COMANDO SENTENCIAL
QUE BEM OBSERVOU A DISPOSIÇÃO DO INCISO II ,
DO ARTIGO 3º DA LEI 6.194 /74. CONDENAÇÃO AO
PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DETERMINADA
DE FORMA ESCORREITA. RECURSO DE APELAÇÃO
CÍVEL CONHECIDO DESPROVIDO - DECISÃO
UNÂNIME. (Apelação Cível nº 201900802859 nº
único0018205-14.2017.8.25.0001 - 2ª CÂMARA CÍVEL,
Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator (a): José dos Anjos -
Julgado em 03/09/2019)**

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA -
COMPLEMENTAÇÃO - SEGURO DPVAT - LESÕES
MULTIPLAS -INVALIDEZ PERMANENTE - - A
cobertura resultante do seguro DPVAT, para a hipótese de
invalidéz é fixada conforme quantificação técnica das lesões
físicas ou psíquicas sofridas pela vítima de acidente de
trânsito -Tendo sido corretamente quantificado o valor da
indenização devida em virtude das lesões sofridas, a sentença
deve ser mantida.(TJ-MG - AC: 10000200287670001 MG,
Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 05/05/0020,
Data de Publicação: 08/05/2020)**

Diante dos argumentos jurídicos está mais do que
provado o direito a reparação do dano.



DO DESINTERESSE PELA REALIZAÇÃO DA ASSENTADA CONCILIATÓRIA

Excelência, a Autora opta pela não realização da audiência conciliatória, o que ora faz com arrimo no art. 319, VII, do Novo Código de Processo Civil.

V. DOS PEDIDOS

“EX POSITIS”, com esteio nos fatos e fundamentos acima alinhavados, a Autora requer à Vossa Excelência, que, inicialmente, receba a presente ação, com seus respectivos documentos e, em seguida

a) Determine a citação da Requerida, no endereço acima declinado, para, querendo, ofereça sua contestação na fase processual oportuna, sob pena de revelia e confissão ficta da matéria de fato;

b) Que a parte Ré seja condenada a pagar a Requerente a indenização do seguro DPVAT no valor que lhe é devido, a saber, **R\$3.375,00 (Três mil trezentos e setenta e cinco reais)**, observando o disposto no Art. 3º, II, da Lei 6.194/1974, sendo esta quantia atualizada monetariamente desde o evento danoso.

c) Se digne Vossa Excelência em nomear perito, a fim de que seja ratificada a constatação da invalidez permanente remanescente na parte Demandante, e, posteriormente, confirme o direito ao recebimento da indenização;

d) Os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do Art. 98, e seguintes, do CPC, por ser a Requerente pobre na forma da lei e sem condições de pagar custas judiciais sem prejuízo do seu sustento e de sua família;



e) A condenação da Requerida nas custas processuais e honorários advocatícios, a serem arbitrados por Vossa Excelência.

Protesta provar o alegado, com todos os gêneros de prova em Direito admitidas, sob pena de confissão, perícias, vistorias, juntada de documentos e oitiva de testemunhas.

Dá a causa o valor de **R\$3.375,00 (Três mil trezentos e setenta e cinco reais).**

**NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO.**

Riachão do Dantas (SE), 14 de agosto de 2020.

Bel. LAERTE PEREIRA FONSECA
OAB/SE 6.779



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE(S): **MARIA APARECIDA DOS SANTOS**, brasileira, maior, capaz, casada, lavradora, portadora do CPF n.º 839.633.615-53, Identidade n.º 1.406.949, 2ª via, SSP (SE), residente e domiciliada na Travessa de Jackson Figueiredo, n.º 102, Povoado Tanque Novo, Riachão do Dantas (SE), CEP: 49.320-000, pelo presente **INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO**, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado:

OUTORGADO(S): **LAERTE FONSECA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, Sociedade de Advogados, devidamente registrada na OAB/SE sob o número 464/2017, com sede profissional na Praça Felino Fontes, n.º 41, Centro, Lagarto (SE), CEP: 49.400-000, Telefone: (79) 99947-7246 e 3631-7735, a quem confere:

PODERES: Para o foro em geral, com a cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", inclusive os enumerados na parte "in fine" do art. 105 do NCPC, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, remir, adjudicar, assinar escrituras públicas, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber citação inicial, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, passar recibo, receber e dar quitação, **assinar declaração de hipossuficiência econômica**, fazer levantamento de depósitos judiciais, impugnar, assinar quaisquer termos e praticar quaisquer atos em defesa do outorgante, inclusive contestar, recorrer, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Riachão do Dantas (SE), 25 de Agosto de 2020.

Maria Aparecida dos Santos

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.406.949 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 08/02/2019

NOME MARIA APARECIDA DOS SANTOS

FILIAÇÃO MARIA FRANCISCA DOS SANTOS

AUGUSTINHO GABRIEL DOS SANTOS

NATURALIDADE RIACHÃO DO DANTAS-SE DATA DE NASCIMENTO 26/07/1978

DOC ORIGEM CT. CASAM. 11035301552010200006195000161568

CART.DIST.DE RIACHÃO DO DANTAS.COM.ARAUA/SE

CPF 839.633.915-53

ASSINATURA DO DIRETOR *Assinatura*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Maria Aparecida dos Santos

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA GERAL DE IDENTIFICAÇÃO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE CARLOS MENDES

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE CARLOS MENDES



Companhia Sul Sergipana de Eletricidade
Rua Capitão Salomão, nº 314 - Centro - CEP 49.200-000 - Estância / SE
CNPJ: 13.255.658/0001-96 - Inscrição Estadual: 27.003.407-2
www.sulgipe.com.br e-mail: sac@sulgipe.com.br

Nº da Nota Fiscal	Série	UC	DV
2020.7.3.404.253	B	124.737	9
Nº de Ordem	Mês de Faturamento	Vencimento	
23726927	JUL/2020	24/07/2020	
Consumo (kWh)		Total a Pagar (R\$)	
72		29,40	

2ª Via

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Endereço da UC
TV JACKSON FIGUEREDO, 102

POV TANQUE NOVO
49.320-000 Riachão do Dantas / SE

CNPJ/CPF: 839.633.915-53
R.G/I.E.: 1406949 SSP / SE
Grupo/Subgrupo: B - B1r
Classe/Sub classe:
RESIDENCIAL
BAIXA RENDA
NIS: 20341067754

Tarifa: Convencional

Grupo fat.: 4 Controle: 1 - 001
CFOP: 5.258
Ligação: Monofásica
Medidor: 284393
TSEE criada pela Lei nº 10.438,
de 26 de abril de 2002.

Informações das Leituras

Total de Dias De 12/06/2020
31 Até 13/07/2020

TARIFA VIGENTE ResAneel 2687/20 Ajuste -2,10%, vigência 22/05/2020.
Data de leitura (13/07/2020) e leitura atual (9.911) ajustadas para 31 dias

Limites adequados da tensão de atendimento no ponto de entrega

Anexo I - Módulo 8 PRODIST/ANEEL

Emissão	Apresentação	Previsão para Próxima Leitura	Leitura Atual	Leitura Anterior	Constante do Medidor	Consumo no Período	Ligação Tensão contratada	Mín	Máx
13/07/2020	13/07/2020	12/08/2020	9.911	9.839	X 1,00000	= 72,00	127	117	133

Histórico de Consumo e Pagamento

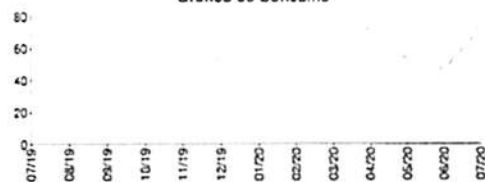
Qt. Mês/Ano	Consumo	Obs	Dt. Vencido	Dt. Pagto.	Valor (R\$)	Déb.
1 JUL/2020	72		24/07/2020		29,40	A
2 JUN/2020	46		29/06/2020	21/07/2020		
3 MAI/2020	52		28/05/2020	05/06/2020		
4 ABR/2020	72	Ret.	12/05/2020	11/05/2020		
5 MAR/2020	67		25/03/2020	14/04/2020		
6 FEV/2020	66		28/02/2020	13/03/2020		
7 JAN/2020	67		27/01/2020	04/02/2020		
8 DEZ/2019	53		27/12/2019	08/01/2020		
9 NOV/2019	44		28/11/2019	11/12/2019		
10 OUT/2019	57		25/10/2019	14/11/2019		
11 SET/2019	49		26/09/2019	14/10/2019		
12 AGO/2019	66		27/08/2019	20/09/2019		
JUL/2019	65		26/07/2019	08/08/2019		
Média 12 meses	59					

Faturamento

Descrição	Quant.	Vi. Unit. R\$	Total R\$
Consumo de energia			
CONSUMO	30	0,20727	6,21
CONSUMO	42	0,35533	14,92
Tributos			
PIS PASEP			0,11
COFINS			0,53
Itens Financeiros			
BONUS ITAIPU			-0,88
Cobranças de terceiros			
CIP- Prefeitura Municipal			8,51
Valor TUSD:.....	12,29	Valor TE:.....	8,84
Total da Fatura			29,40

Tributos	Base de Cálculo ICMS R\$: 0	Base de Cálculo PIS/COFINS R\$: 21,77
	Aliq.: 0,00 %	Aliq. PIS: 0,53 % Aliq. COFINS: 2,42 %

Gráfico de Consumo



Indicadores

Conjunto	Limite 2020						Realizado			
	Anual		Trimestral		Mensal		05/2020			
SAQ	DIC	FIC	DIC	FIC	DIC	FIC	DMIC	DIC	FIC	DMIC
	45,80	30,69	22,90	15,34	11,45	7,67	8,29	0,00	0,00	0,00

O consumidor tem o direito de solicitar a distribuição e apuração dos indicadores DIC, FIC e DMIC a qualquer tempo.
O consumidor tem direito de receber uma compensação, caso sejam violados os limites de continuidade individuais relativos à unidade consumidora, para apuração mensal, trimestral e anual.

Reservado ao Fisco:

Código para Débito Automático

124.737

Mensagens:

Benefício Tarifário: 21,51

VENCIMENTO DESTA REAVISO 28/07/2020

O não pagamento dos débitos em aberto no prazo de vencimento desta reaviso sujeita esta unidade consumidora a suspensão do fornecimento de energia elétrica conforme art. 172 da resolução normativa n.414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.



NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Sul Sergipana de Eletricidade
Rua Capitão Salomão, nº 314 - Centro - CEP 49.200-000 - Estância / SE
CNPJ: 13.255.658/0001-96 - Inscrição Estadual: 27.003.407-2

Nº de Ordem
23726927

Mês de Faturamento
07/2020

Nº da Nota Fiscal
2020.7.3.404.253

Série
B

Grupo Fat.
4

UC
124.737

DV
9

Vencimento
24/07/2020

Total a Pagar (R\$)
29,40

2ª Via

Autenticação Mecânica

83870000000-1 29400090000-2 10023726927-5 01247370720-2





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO DANTAS - RIACHÃO DO DANTAS - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 127100/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 02/12/2019 10:16

Data/Hora Fim: 02/12/2019 10:48

Origem: Data: 02/12/2019

Delegado de Polícia: Clever Farias de Oliveira Filho

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Municipal de Riachão do Dantas

Data/Hora do Fato: 17/08/2019 11:00

Local do Fato

Município: Riachão do Dantas (SE)

Logradouro: Rodovia Tobias Barreto a Povoado Tanque Novo

Bairro: Povoado Tanque

Tipo do Local: Via Pública

Natureza

1093: ACIDENTE DE TRÂNSITO SEM VÍTIMA - OUTROS

Meio(s) Empregado(s)

Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: MARIA APARECIDA DOS SANTOS (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: SE - Riachão do

Sexo: Feminino

Nasc: 26/07/1978

Profissão: Agricultor

Estado Civil: Casado(a)

Nome da Mãe: Maria Francisca dos Santos

Nome do Pai: Augusto Gabriel dos Santos

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 839.633.915-53

Endereço

Município: Riachão do Dantas - SE

Logradouro: Travessa Jackson Figueredo

Complemento: Conjunto José de Alvino

Bairro: Povoado Tanque Novo

Nº: 102

Nome Civil: JOSE GABRIEL DOS SANTOS NETO (VÍTIMA, CONDUTOR)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: SE - Riachão do

Sexo: Masculino

Nasc: 25/01/1965

Profissão: Agricultor

Estado Civil: Viúvo(a)

Nome da Mãe: Maria Francisca de Jesus

Nome do Pai: Augustinho Gabriel dos Santos

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 064.192.178-06

Endereço

Município: Riachão do Dantas - SE

Logradouro: Rua Nossa Senhora de Fatima

Bairro: Povoado Tanque Novo

Nº: 60

Clever Farias de O. Filho
Delegado de Polícia



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO DANTAS - RIACHÃO DO DANTAS - SE

BOLETIM DE Ocorrência

Nº: 127100/2019

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
Descrição HONDA/POP 110I PRETA	CPF/CNPJ do Proprietário 012.859.195-13
Placa QMF8394	Renavam 01186087002
Número do Motor JB01E0K118717	Número do Chassi 9C2JB0100KR118704
Ano/Modelo Fabricação 2019/2019	Cor PRETA
UF Veículo Sergipe	Município Veículo Riachão do Dantas
Marca/Modelo HONDA/POP 110I	Modelo HONDA/POP 110I
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1 Unidade
Situação Envolvido, Meio Empregado	Última Atualização Denatran 28/03/2019
Situação do Veículo NADA CONSTA	

Nome Envolvido

Jose Gabriel dos Santos Neto

Envolvimentos

Depositário

RELATO/HISTÓRICO

Relata a comunicante que no dia e local retromencionados, vinha da cidade de Tobias Barreto em direção ao povoado Tanque Novo, onde reside, na garupa da motocicleta citada e cadastrada, conduzida por José Gabriel dos Santos Neto, citado e cadastrado já, quando a motocicleta caiu em um buraco e o condutor veio a perder o controle da direção e ambos caíram, vindo a comunicante a lesionar gravemente a perna direita, que foram socorridos por uma pessoa que vinha passando no local e foi levada para o hospital de Riachão do Dantas e posteriormente transferida para Lagarto.

ASSINATURAS

Edleia Dantas de Melo
no histórico.

Angelo Augusto Guerrieri de Carvalho
Angelo Augusto Guerrieri de Carvalho
Agente de Polícia
Matrícula 917493
Responsável pelo Atendimento

Maria Aparecida dos Santos
Maria Aparecida dos Santos
(Vítima / Comunicante)

Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro.

Cleber Farias de O. Filho
Delegado de Polícia



DESO
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

SEDE: Rua Campo do Brito, 131, 13 de Julho, Aracaju-SE, 49020-360
CNPJ: 13.019.171/0001-90 - INSC. EST. 27.051.036-2

FATURA MENSAL +

Matrícula

235819.0

Nome do Cliente		CPF	
JOCELDA ARAUJO SANTOS		***.***.***-**	
Endereço			
PCA FELINO FONTES, 41, LAGARTO, 49400-000			
Grupo/Seção/Rolê/Leitura	Data da Leitura	Hidrometro	Classificação Econômica
418009/00274	11/03/2020	A16N054177	RES: 1
Leit. Anterior		59	
Leit. Atual		62	
Consumo Faturado (m3)		10	
Média de consumo (m3)		3	
Ocorrência da Leitura		06/02/20	
Data da Leit. Anterior		08/02/20	
Dias de Consumo		32	
Média diária (m3)		0,09	
Previsão para Próx. Leit.		10/04/20	
HISTÓRICO DE CONSUMO			
REF. (m3)			
06/20		00004	
07/20		00002	
12/19		00004	
11/19		00004	
10/19		00004	
09/19		00004	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		PREVISÃO DE TRIBUTOS (R\$)	
		COFINS: 5,16	
		PASEP: 1,12	

Serviços	Valor
AGUA	37,74
ESGOTO	30,19

Mês Referência:	VENCIMENTO:	TOTAL A PAGAR R\$
03/2020	18/03/2020	67,93

REAJUSTE TARIFARIO DE 5,35%, APROVADO ATRAVES DA PORTARIA Nº 08/2020 DE 19/02/2020, DA AGRESE, DIVULGADO NO DIARIO OFICIO DE 27/02/2020 A SER APLICADO A PARTIR DE 28/03/2020.

A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços - art 91, Decreto Lei nº 27.565/2010.

CANAIS DE ATENDIMENTO: 0800 079 0195 – SAC: 4020-0195
AGÊNCIA VIRTUAL: www.deso-se.com.br/agenciavirtual

Qualidade da Água Distribuída (Decreto Federal nº 5.440/2005 – Art.5º Inciso I)						
Parâmetro	Turbidez	Cor	Cloro	Fúor	Conformes Totais	Exceções Tot
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	73	17	73		73	
Nº de Amostras Analisadas	81	81	81		81	81
Nº Mínimo de Amostras em Conformidade com Portaria 2.312/2011	81	74	85		80	81



DESO
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

COMPROVANTE DA DESO

Matrícula	Vencimento
235819.0	18/03/2020
Mês/Ano	TOTAL A PAGAR R\$
03/2020 9	67,93

826300000005 679300418200 235819003205 201235819012





Companhia Sul Sergipana de Eletricidade
Rua Capitão Salomão, 314-Centro Estância/SE
CEP: 48200-000 CNPJ: 13.255.658.0001-86

www.sulgipe.com.br

0800-284-9909

FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

UC / DV

124737/9

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

TV JACKSON FIGUEREDO, 102,
POV TANQUE NOVO - Riachão do Dantas/SE - 49.320-000

Medidor: 284393 - M

Mês de Referência	Consumo kWh	Vencimento	Valor R\$
09/2019	49	26/09/2019	15,22

DADOS CADASTRAIS

Tarifa: Convencional
CNPJ/CPF: 839.633.915-53
Grupo/Subgrupo: B - B1r Ligação Monofásico
Classe: RESIDENCIAL - BAIXA RENDA - NIS: 20341067754
TSEE criada pela lei nº 10.438 de 26/04/2002
Tensão de Fornecimento (V): 127
Limites adequados de Tensão (V): 117 a 133
LIMITES DAS TENSÕES DE FORNECIMENTO CONFORME
ANEXO I DO MÓDULO 8 DO PRODIST
CÓDIGO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO: 124737

HISTÓRICO DE CONSUMO - kWh

Mês/Ano	Consumo	Uso	Pagamento	Valor R\$
09/2019	49	Lido	Em aberto	15,22
08/2019	66	Lido	Em aberto	22,41
07/2019	65	Lido	08/06/19	
06/2019	63	Lido	05/07/19	
05/2019	63	Lido	08/06/19	
04/2019	99	Lido	22/05/19	
03/2019	95	Lido	08/05/19	
02/2019	81	Lido	26/03/19	
01/2019	81	Lido	04/03/19	
12/2018	86	Lido	05/12/18	
11/2018	77	Lido	08/11/18	
10/2018	66	Lido	18/10/18	

ITENS FATURADOS

Descrição	Qtde.	Vi. Unit.	Valor(R\$)
Consumo de energia	49	x 0,21339 =	6,40
CONSUMO	19	x 0,30582 =	5,85
ADIC. BANDA VERMELHA	49	x 0,01776 =	0,87
PIS			0,11
COFINS			0,54

DADOS DE FATURAMENTO

Emissão: 10/09/2019
Mês/Ano Faturamento: 09/2019
Leitura atual: (10/09/2019) 9315
Leitura anterior: (12/08/2019) 9266
Próxima leitura: 11/10/2019
Consumo Medido (kWh): 49
Consumo Diário (kWh): 1,68
Dias de Consumo: 29
Ocorrência do Mês: Lido
Média kWh últimos 12 meses: 81

IDENTIFICAÇÃO

Nota Fiscal: Série
04.035.4010.012259.10.02.020.550/B
Local de Entrega: 1

COMPOSIÇÃO DA FATURA - R\$

(Art 31, resolução 168/2005 - ANEEL)
Energia: 34,10% 5,19
Distribuição: 25,76% 3,92
Transmissão: 5,53% 0,84
Energias Setoriais: 4,91% 0,75
Tributos: 27,33% 4,16
Perdas: 0,07% 0,01
Outros: 2,30% 0,35
TOTAL: 15,22

REAVISO DE FATURA VENCIDA

Informamos que até o momento não registramos o pagamento desta fatura, relacionando-a a fatura anterior.

Mês/Ano: 09/2019
Valor: R\$ 32,41

VENCIMENTO DESTA REAVISO
26/09/2019

O não pagamento dos débitos em aberto no prazo de vencimento desta reaviso sujeita esta unidade consumidora a suspensão do fornecimento de energia elétrica conforme art. 172 da resolução normativa nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Cobranças de terceiros
CIP- Prefeitura Municipal

0,35

TOTAL A PAGAR R\$ 15,22

TRIBUTOS	Base de cálculo(R\$)	Alíquota(%)	Valor(R\$)
(incluídos no valor total)	ICMS	0,00	ISENTO 0,00
	PIS/PASEP	14,87	0,78 0,11
	COFINS	14,87	3,61 0,54

DADOS TÉCNICOS

Inst. transformadora: 124737
Número do medidor: 284393
Fator de multiplicação: 1,000
Tipo de ligação: Monofásico

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Conjunto: SAQUINHO	Referência: 07/2019	MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL
EUSD: 10,81		METADIC: 11,45	22,90	45,80
O consumidor tem o direito de solicitar à distribuidora a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.		APUR. DIC: 0,83	0,00	0,00
O consumidor tem direito de receber uma compensação caso sejam violados os limites de continuidade individualizados a unidade consumidora para apuração mensal, trimestral e anual.		METAFIC: 7,87	15,74	31,49
		APUR. FIC: 1,10	0,00	0,00
		METADMIC: 6,29		
		APUR. DMIC: 0,63		

RESERVADO AO FISCO: 124737.026.1009.4000.0000.0000.0000

ResAneel255119_Banderas vigência 01/08/2019

MENSAGEM

Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL.
Saiba mais em saude.gov.br/vacinabrazil

Benefício Tarifário: 38,52

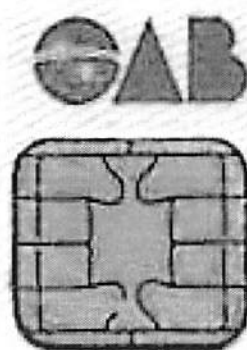
TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 10503375

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei n° 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Luizete Pereira Fonseca



OBSERVAÇÕES

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE SERGIPE
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

LAERTE PEREIRA FONSECA

FILIAÇÃO

JOSE RILTON SILVA FONSECA
EDNEUSA PEREIRA FONSECA

NATURALIDADE

LAGARTO-SE

RG

3.216.460-7 - SSP/SE

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO

HENRI CLAY SANTOS ANDRADE
PRESIDENTE



VIA 01 13/08/2016
EXPECIDIO EM

019.990.755-28

CNPJ

15/10/1986

DATA DE NASCIMENTO

6779

INSCRIÇÃO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADÊS

DENATRAN

DETRAN - SE 000013734776014702009679
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

1 VA 01186087002 2019
2 COD RENAVAM RNTRO EXERCICIO

01186087002

2019

ANDRE LUIZ NELLO MACEDO FILHO

012.859.195-13
44001/SE 922JEC100K118704

012.859.195-13
44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

44001/SE 922JEC100K118704

DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATORIO
NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

MODUR: JBO1BOK118704
RICHAD DO SE

LUCIANA C DEBA CHAGAS DE MELO
DIRETORA-GERAL-ADJUNTA

DATA: 28/03/2019

PEDIDO DO SEGURO DPVAT

1 - Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 4 - Nome completo da vítima:

839.633.915-53

Maria Aparecida dos Santos

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: 6 - CPF: 7 - Profissão: 8 - Endereço: 9 - Número: 10 - Complemento: 11 - Bairro: 12 - Cidade: 13 - Estado: 14 - CEP: 15 - E-mail: 16 - Tel (DDD):

Maria Aparecida dos Santos

839.633.915-53

Trabalhadora

R. J. J. Figueiredo n. 102

102

Povoado Tomaz Nogueira Riachão do Norte

Riachão do Norte

SE

49320-000

laerte@laertefonseca.adv.br

7999552089

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR
☐ SEM RENDA

☐ R\$1.00 A R\$1.000,00
☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☒ Caixa Econômica Federal (104)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: _____

AGÊNCIA: 0739

CONTA: 61231

6

AGÊNCIA: _____

CONTA: _____

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☒ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos:

30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não

31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos:

33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª | Nome: _____

CPF: _____

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome: _____

CPF: _____

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Lagarto/Sergipe, 19/03/2020

Maria Aparecida dos Santos

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)



PROCURAÇÃO PARTICULAR

Outorgante: (Dados do Beneficiário do Seguro DPVAT)

Nome: Maria Aparecida dos Santos

Nacionalidade: Brasileira Est. Civil: Casada

Profissão: Labradoria

Identidade: 1.406.949 CPF: 839.633.915-53

Endereço: Povoado Tonque novo

Bairro: Zona Rural Cidade: Riachão do Rios

Estado: Sergipe CEP: 49.320-000

Outorgado: **LAERTE PEREIRA FONSECA**, natural de Lagarto-Sergipe, casado, portador de célula de identidade nº3.215.460-7 SSP/SE, , inscrito no cadastro de pessoa física nº 019.990.755-28 ADVOGADO inscrito na ordem OAB nº 6.779, com escritório profissional na Praça Felino Fontes, n.º 41, Centro, Lagarto (SE), CEP: 49.400-000,

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a **Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT e suas respectivas consorciadas**, a fim de encaminhar pedido de indenização do Seguro Obrigatório – DPVAT, a que tenho direito, concedendo ao outorgado poderes para assinatura nos formulários de, Aviso de sinistro, Protocolo de Recepção de Documentos, Declaração de Ausência de IML, Autorização de Pagamento de Indenização do Seguro DPVAT, podendo enfim assinar ou requerer quaisquer documentos relacionados com o Seguro Obrigatório – DPVAT em meu nome, praticar todos os atos de direito permitidos para perfeito cumprimento deste mandato; da qual figura como vítima _____.

Data do acidente: 17/08/2019 Cobertura: Integralidade

Local: Riachão do Rios UF: SE Data: 28 de novembro de 2019



Maria Aparecida dos Santos

Assinatura do Outorgante (Beneficiário)
(Reconhecer firma por autenticidade)



Nome MARIA APARECIDA DOS SANTOS		Nome Social 		Prontuário 66345/0	
Nome Mãe MARIA FRANCISCA DOS SANTOS		Sexo Feminino	Estado Civil Solteiro	Dt Nascimento 26/07/1978	
Nome Pai AUGUSTINHO GABRIEL DOS SANTOS		Data cadastro 17/08/2019	Data recadastro 	Pront. Família 	
RG 1409949	CPF 839.633.915-53	Cartão SUS 706509332379393			
Nome Anterior 	Cidade de nascimento RIACHÃO DO DANTAS	UF SE			
Grau Instrução 1º Grau Incompleto	Nacionalidade BRASILEIRO				
Profissão 	Código da profissão 	Cor Parda	Fone ou Recado 		
Logradouro CONJUNTO JOSE DE ALVINO		Posto de Referência : 			
Número 60	Complemento 	Bairro ZONA RURAL			
Cidade RIACHÃO DO DANTAS	UF SE	CEP 49320-973			
Identificador PATRICIA HILARIO DE SANDES					
Área Cadastradora CENTRO CUSTO 1					

Observação

Declaro para todos os fins de direito e sob as penas da lei que as informações cadastrais contidas no boletim de identificação são verídicas.

Lagarto

Maria Aparecida dos Santos

() () () ()
Paciente Pai Mãe Representante Legal

Hospital Univ Monsenhor Joao Batista

Boletim de Identificação de Paciente

Registro de Classificação de Risco

Protocolo de Manchester

Identificação do Paciente

Nome: MARIA APARECIDA DOS SANTOS Chegada: 17/08/2019 11.09.12
Sexo: FEMININO Idade: 41
Transporte: OUTROS Data de Nascimento: 26/07/1978

Classificação de Risco

Queixa Principal:	queda de moto agora, apresentando ferimentos em face e MMII. nega alergias									
Fluxograma:	QUEDAS					Discriminador: dor moderada				
Parâmetros:	Glicemia Capilar					Escala de Coma de Glasgow:				
	Pulso	65	Ritmo:				Sat O2 (%)	100		
	Temperatura Timpânica				Escala de Dor:				PA	119/80
Prioridade Clínica:	EMERGENTE VERMELHA 0 minutos	MUITO URGENTE LARANJA Até 10 minutos	<input checked="" type="checkbox"/>	URGENTE AMARELA Até 60 minutos	POUCO VERDE Até 120 minutos	NÃO URGENTE AZUL Até 240 minutos	BRANCO			
Fluxo Interno:	cirurgião geral									
Classificador:	GRAZIELLA BISPO CALDERARO				COREN / CRM: 342534		Hora de Início CR: 17/08/2019 11.10.42		Hora de Fim CR: 17/08/2019 11.12.28	

Reclassificação

Queixa Principal:										
Fluxograma:						Discriminado				
Parâmetros:	Glicemia Capilar					Escala de Coma de Glasgow:				
	Pulso		Ritmo:				Sat O2 (%)			
	Temperatura Timpânica				Escala de Dor:				PA	
Prioridade Clínica:	EMERGENTE VERMELHA 0 minutos	MUITO URGENTE LARANJA Até 10 minutos	<input type="checkbox"/>	URGENTE AMARELA Até 60 minutos	POUCO VERDE Até 120 minutos	NÃO URGENTE AZUL Até 240 minutos	BRANCO			
Fluxo Interno:										
Classificador:					COREN / CRM:		Hora de Início CR:		Hora de Fim CR:	

Hospital Universitário de Lagarto

AV BRASILIA S/N BAIRRO SANTA TEREZINHA 49040000 LAGARTO SERGIPE BRASIL
CEP 49400-000 - Lagarto - SE - Brasil CNES: 6569343

CONSULTAS AMBULATORIAIS

1 1

96957 - 17/08/2019 - Cirurgia Geral - Equipe: Dr^a. Karyne Carvalho Caetano - Dr^a. Karyne Carvalho Caetano

Paciente: MARIA APARECIDA DOS SANTOS Prontuário: 066345/0 Unidade Funcional: PRONTO SOCORRO

Paciente com quadro de queda de moto sem capacete. Veio por meios próprios.
Com múltiplos ferimentos corto contusos em face, joelho e pé direito.

Abdome: plano, flácido, indolor, sem irritação.

AR: MV+ AHT sem ruídos adventícios.

Ferimento em pálpebra inferior direita com perda de substância:

Cd: Rx cervical, tórax, bacia.

Dipirona 1 ampola 1m agora

Profenid 100mg 1 ampola 1m agora.

Transferencia para o HUSE para avaliação cirurgia plástica.

*pele mucosa,
apelo ou vermes.*

Rx s/ foto

Elaborado e assinado por Dr^a. Karyne Teixeira Trindade, CRM 4558 em 17/08/2019 12:04

Procedimentos Realizados:

EXCISÃO E SUTURA SIMPLES PEQUENAS LESÕES DE PELE/MUCOSA, quantidade: 1

*Dra. Karyne Trindade
Cirurgia Geral
CRM SE 4558*

Ticket de exames a realizar

Prontuário: 0066345/0 MARIA APARECIDA DOS SANTOS
Solicitação: 17388 em 17/08/2019 12:02
Idade: 41 anos Cartão SUS: 706509332379393
Solicitante: KARYNE TEIXEIRA TRINDADE
Responsável: KATARINE CARVALHO CAETANO
Unid.Solic: PRONTO SOCORRO



17388

Convênio: SUS / PLANO AMBULATORIO

Comparecer na RAO X - 0o Andar/PRINCIPAL para agendar a data e hora do seu exame.

Material:

NAO COLETAVEL

	Item	Exame
Recomendações	1	RX TORAX (PA + PERFIL)

Preparo do paciente para realização do exame:

Não necessita Jejum

Documento de identidade será exigido para realização do exame.

Guarde este documento até a data do exame.

Dra. Karyne Trindade
Clínica Geral
CRM 654558

Julio Cesar
Técnico em
CRIAÇÃO

Ticket de exames a realizar

Prontuário: 0066345/0 MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Solicitação: 17394 em 17/08/2019 12:03

Idade: 41 anos Cartão SUS: 706509332379393

Solicitante: KARYNE TEIXEIRA TRINDADE

17394

Responsável: KATARINE CARVALHO CAETANO

Unid.Solic: PRONTO SOCORRO

Convênio: SUS / PLANO AMBULATORIO

Comparecer na RAO X - 0o Andar/PRINCIPAL para agendar a data e hora do seu exame.

Material:

NAO COLETAVEL

	Item	Exame
Recomendações	1	RX COLUNA CERVICAL (AP+P+TO+OBL) TRAZER RX ANTERIORES

Preparo do paciente para realização do exame:

Não necessita Jejum

Recomendações	2	RX BACIA AP TRAZER RX ANTERIORES.
---------------	---	--------------------------------------

Preparo do paciente para realização do exame:

Não necessita Jejum

Recomendações	3	RX JOELHO DIREITO (AP+P)
---------------	---	--------------------------

Preparo do paciente para realização do exame:

Não necessita Jejum

Documento de identidade será exigido para realização do exame.

--
Guarde este documento até a data do exame.Julio Cesar dos Santos
Técnico em Radiologia
CRTR 01644Dra. Karyne Trindade
Cirurgião Geral
CRM-SE 14558

DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF²**.

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu Laerte Pereira Fonseca inscrito (a) no CPF sob o Nº 019.990.755 / 28 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Maria Aparecida dos Santos inscrito (a) no CPF sob o Nº 839.633.915 / 53, do sinistro de DPVAT cobertura Invalidade da Vítima Maria Aparecida dos Santos inscrito (a) no CPF sob o Nº 839.633.915 / 53, conforme determinação da Circular Susep 445/12:


☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Praca Filipe Fontes</u>		Número <u>41</u>	Complemento
Bairro <u>Centro</u>	Cidade <u>Lagarto</u>	Estado	CEP <u>49400-000</u>
Email <u>laerte@laertefonseca.adv.br</u>		Telefone comercial(DDD) <u>79 3631 7735</u>	Telefone celular (DDD) <u>79 99955 2089</u>

Lagarto 19 de Março de 2020
Local e Data

Assinatura do Declarante



ORTHOMED

NOME : MARIA APARECIDA DOS SANTOS

RELATÓRIO MÉDICO

Atesto que a sra. supracitada, 41 anos , foi vítima de acidente de moto em agosto/2019 e apresentou ferimento contuso extenso em joelho direito – o que necessitou intervenção cirúrgica – rafia de pele pelo cirurgião geral. Ao iniciar seguimento clínico – aos 10 meses de trauma – houve uma suspeita de lesão do tendão quadrícipital. Refere dor persistente em joelho , sem melhora com o supotr medicamentoso.

Clinicamente, apresenta : cicatriz cirúrgica extensa em região pré-patelar, dor em pólo superior da patela e com a extensão resistida do joelho. Pela Ressonância Magnética do segmento (junho / 2020), confirma-se degeneração tendinosa em região insercional do quadríceps em pólo superior da patela , tendinopatia patelar com rotura parcial intra-substancial proximal e lesão na junção miotendínea do vasto medial adjacente.

Em função da sua ocupação laboral prévia (LAVRADORA), que demanda esforço constante em pé – determina uma sobrecarga de esforço sobre os membros inferiores. Executou o tratamento clínico sugerido (sessões de fisioterapia , suporte medicamentoso, repouso relativo) e a melhora clínica não é sustentada. Há indicação de intervenção cirúrgica = tenoplastia do quadríceps. Desta forma, recomendo o afastamento do trabalho em caráter temporário (06 meses), uma vez que há falha terapêutica às medidas clínicas adotadas e executadas pela senhora Maria

A análise da perícia médica do INSS irá informar o impacto desta sequela pós traumática no trabalho que desempenha, ou qualquer atividade laboral que implique no suporte de peso em pé.

CID : T93

LAGARTO-SE , 01.07.2020

Dr. Michael Silveira Santiago

CRM-SE : 2598

TEOT : 10367

Dr. Michael Silveira Santiago
CRM 2598
CPF 713.167.285-87

RELATÓRIO MÉDICO PARA FINS DE PERÍCIA

(Elaborado de acordo com Resolução CFM nº 1.658/2002, com alterações feitas pela Resolução CFM 1.851/2008)

Atesto para os devidos fins de comprovação junto à Perícia Oficial da Previdência Social ou do Poder Judiciário; que examinei o paciente abaixo indicado, cuja identidade foi por mim conferida, nos termos do art. 4º da resolução CFM nº 1.658/2002, e constatei que o examinado é portador da(s) patologia(s) diante, com as consequências descritas a seguir;

Nome do paciente:

Maria Aparecida da Silva

Profissão:

Landim

O paciente é portador de alguma doença, lesão ou seqüela física funcional (Diagnóstico patologias verificadas e respectiva classificação CID

10):

Lesão traumática mecanismo externo do olho direito CID: S81, S86.1

Quais as consequências da(s) patologia (s) constatada(s)? Quais funções ou sentidos de eu esta o paciente privado ou limitado para o exercício de suas atividades laborais?

Descrever as limitações:

Perda de visão no olho direito, dificuldade de ler e escrever.

A(s) patologia (s) incapacita(m) para o trabalho? () Não (x) Sim. Por quê?

Perda de visão no olho direito, com dificuldade de ler e escrever.

Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, a incapacidade é temporária ou permanente? Total ou parcial? Sendo temporário, qual o período estimado para recuperação?

Parcial, por tempo indeterminado

É possível determinar a data do início da incapacidade?

data assente

A incapacidade do paciente é de longo prazo? Superior a 02 anos?

Não

Houve progressão ou agravamento dessa doença ou
lesão? Sim, progressão da doença com lesão

Data 26/12/13

Dr. Paulo Cândido de Lima Jr.
Ortopedia e Traumatologia
Coluna Vertebral
CRM-SE 3726

Assinatura e carimbo do Médico

A Resolução do Conselho Federal de Medicina Nº 1.851/2008, permite expressamente que o médico, forneça relatórios e atestados com diagnóstico/CID, quando solicitado pelo próprio paciente ou seu representante legal



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 27 de Março de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200127150

Vítima: MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Data do Acidente: 17/08/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Após a análise dos documentos apresentados do pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Os documentos médicos apresentados não evidenciam a presença de sequelas permanentes, que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, não sendo caracterizada invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

A documentação médica anexada, datada de 17/08/2019, emitida pelo Dr. KATARINE C. CAETANO, CRM nº 000000 - SE, da Instituição HOSP. UNIVERSITARIO DE LAGARTO, evidencia recuperação completa após o dano pessoal sofrido no acidente de trânsito e não foi comprovada a existência de invalidez permanente.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00297/00298 - carta_31 - INVALIDEZ



Carta nº 15663996



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente, substabeleço, com reservas dos mesmos, a **Bel. Laerte Pereira Fonseca, OAB/SE nº 6.779, Bela. Naiane Santos Carvalho Dória, OAB/SE 7.569, Bel. Yuri Andrade Chaves, OAB/SE 11.736**, os poderes a mim conferidos e relativos pelo Sr.(a), **MARIA APARECIDA DOS SANTOS**, portador do CPF nº 839.633.615-53, que ora tramitará nesta vara.

Lagarto (SE), 25 de agosto de 2020.

LAERTE FONSECA ADVOGADOS ASSOCIADOS



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Guia de Recolhimento

Custas - Inicial Cível

Data: 25/08/2020

Num. Guia: 202014200597

Taxa de Distribuição: R\$ 20.73	Valor das Custas: R\$ 283.33	Valor da(s) Diligência(s): R\$ 27.65
Taxa Judiciária: R\$ 50.63	Valor da Causa: R\$ 3375.00	
Valor Litisconsórcio: R\$ 0.00	Comarca: Riachão do Dantas	

TOTAL 382,34
Guia Válida 14/09/2020

Via - Cartório

Autenticação Mecânica



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Guia de Recolhimento

Custas - Inicial Cível

Data: 25/08/2020

Num. Guia: 202014200597

Taxa de Distribuição: R\$ 20.73	Valor das Custas: R\$ 283.33	Valor da(s) Diligência(s): R\$ 27.65
Taxa Judiciária: R\$ 50.63	Valor da Causa: R\$ 3375.00	
Valor Litisconsórcio: R\$ 0.00	Comarca: Riachão do Dantas	

TOTAL 382,34
Guia Válida 14/09/2020

Via - Parte

Autenticação Mecânica

856100000038 823401560128 020142005972 202009140346



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Guia de Recolhimento

Custas - Inicial Cível

Data: 25/08/2020

Num. Guia: 202014200597

Taxa de Distribuição: R\$ 20.73	Valor das Custas: R\$ 283.33	Valor da(s) Diligência(s): R\$ 27.65
Taxa Judiciária: R\$ 50.63	Valor da Causa: R\$ 3375.00	
Valor Litisconsórcio: R\$ 0.00	Comarca: Riachão do Dantas	

TOTAL 382,34
Guia Válida 14/09/2020

Via - Banco

Autenticação Mecânica



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **839.633.915-53**

Nome: **MARIA APARECIDA DOS SANTOS**

Data de Nascimento: **26/07/1978**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **13/05/2002**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **14:24:01** do dia **25/08/2020** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **CDEF.C580.BFEC.76E5**



Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

Declaração de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - Dirf
Relação de Dirf's Entregues

CPF: 839.633.915-53

Nome: MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Ano-
Calendário ▼Entrega
Data e Hora ▼Tipo de
DeclaraçãoSituação da
Declaração

Serviço

Não Consta Entrega de Declarações

Somente serão disponibilizadas informações sobre declarações a partir do Ano-Calendário 1999. Caso tenha transmitido a Dirf hoje, consulte novamente mais tarde.

ATENÇÃO contribuinte PESSOA FÍSICA !

Esta consulta refere-se as Declarações de Imposto Retido na Fonte - Dirf. A Dirf é apresentada por pessoas (físicas ou jurídicas) que realizaram pagamentos a outras pessoas com retenção de imposto na fonte.

Caso esteja procurando informações sobre Declaração do Imposto de Renda - DIRPF, verifique em <http://receita.economia.gov.br/>, na seção referente ao IRPF.

Data: 25/08/2020 14:23:12

BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)

Situação das Declarações IRPF 2018

Prezado Contribuinte (CPF 839.633.915-53),

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

25/08/2020

14:22

versão 01.20180815

Voltar



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade>).

Atualize sua página (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade/avisos/2014/atualize-sua-pagina>) Versão: v.01R

BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)

Situação das Declarações IRPF 2019

Prezado Contribuinte (CPF 839.633.915-53),

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal

Em Brasília - DF

25/08/2020

14:21

versão 01.20180815

Voltar



(javascript:window.print)

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e usclique aqui (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacid>).
Atualize sua página (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade/avisos/2014/atu.sua-pagina>) Versão: v.01R

BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)

Situação das Declarações IRPF 2020

Prezado Contribuinte (CPF 839.633.915-53),

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

25/08/2020

14:14

versão 01.20180815

Voltar



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade>).


Atualize sua página (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade/avisos/2014/atualize-sua-pagina>) Versão: v.01R



CERTIDÃO

O Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Sergipe certifica que, o registro da Sociedade de Advogados **LAERTE FONSECA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, protocolado sob nº 464/2017, livro A-5, fls. 64, registrado em 02/05/2017, sob nº 464/2017, no livro B-46, fls. 11/15, foi deferido pela Comissão de Sociedade de Advogados em 02/05/2017, conforme Art. 15/17 do EOAB, Artigo 37/43 do Regimento Geral e o Artigo 8º do Provimento 112/2006 do Conselho Federal da OAB.//

Aracaju, 02 de Maio de 2017.


AURÉLIO BELÉM DO ESPÍRITO SANTO
Secretário-Geral da OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIACHÃO DO DANTAS DA COMARCA DE RIACHÃO DO DANTAS
Rodovia, Bairro Centro, Riachão do Dantas/SE, CEP 49320000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202089101035

DATA:

25/08/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

À Conclusão.</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000186}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIACHÃO DO DANTAS DA COMARCA DE RIACHÃO DO DANTAS
Rodovia, Bairro Centro, Riachão do Dantas/SE, CEP 49320000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202089101035

DATA:

27/08/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Considerando o requerimento de gratuidade de justiça, intime-se a acionante para, em 15 (quinze) dias, colacionar aos autos cópia dos extratos bancários de contas de sua titularidade dos últimos três meses. Findo o prazo, com ou sem manifestação, volvam-se os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Riachão do Dantas**

Nº Processo 202089101035 - Número Único: 0001028-14.2020.8.25.0007

Autor: MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Réu: SEGURADORA LIDER DE CONSORCIO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Considerando o requerimento de gratuidade de justiça, intime-se a acionante para, em 15 (quinze) dias, colacionar aos autos cópia dos extratos bancários de contas de sua titularidade dos últimos três meses.

Findo o prazo, com ou sem manifestação, volvam-se os autos conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **ERICA MAGRI MILANI, Juiz(a) de Riachão do Dantas**, em 27/08/2020, às 16:38:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001562168-51**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIACHÃO DO DANTAS DA COMARCA DE RIACHÃO DO DANTAS
Rodovia, Bairro Centro, Riachão do Dantas/SE, CEP 49320000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202089101035

DATA:

11/09/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: LAERTE PEREIRA FONSECA - 6779}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA COMARCA DE RIACHÃO DO DANTAS (SE).

Processo: 202089101035

MARIA APARECIDA DOS SANTOS já conhecida nos autos, por meio do seu procurador firmatário, vem à presença de Vossa Excelência, em atenção ao despacho exarado por este juízo no dia 27/08/2020, requerer a juntada dos extratos bancários conforme anexos.

**NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.**

Riachão do Dantas (SE), 11 de setembro de 2020.

LAERTE PEREIRA FONSECA
OAB/SE 6779

Correntista

Nome

MARIA APARECIDA SANTOS

CPF

839.633.915-53

Posição

Agosto / 2020

Data da emissão

11.09.2020

Agência (prefeireiro)

GS

21

Conta nº / dv

9.479-X

Data da abertura

31.05.2004

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
02.01.2020		Saldo anterior						6,93 C

* * * A CONTA NÃO FOI MOVIMENTADA * * *

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL		SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL		SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL	
04/09/2020 - Autoatendimento - 10:26:27		04/09/2020 - Autoatendimento - 10:27:40		04/09/2020 - Autoatendimento - 10:27:00	
252572186		252572186		252572186	
EXTRATO DE POUpanCA PARA SIMPLES CONFERENCIA		EXTRATO DE POUpanCA PARA SIMPLES CONFERENCIA		EXTRATO DE POUpanCA PARA SIMPLES CONFERENCIA	
EXTRATO DE POUpanCA DURO/POUPEX		EXTRATO DE POUpanCA DURO/POUPEX		EXTRATO DE POUpanCA DURO/POUPEX	
AGENCIA:	2525-9	AGENCIA:	2525-9	AGENCIA:	2525-9
CONTA:	9.479-X	CONTA:	9.479-X	CONTA:	9.479-X
VARIACAO:	01	VARIACAO:	01	VARIACAO:	01
CLIENTE:	MARIA APARECIDA SANTOS	CLIENTE:	MARIA APARECIDA SANTOS	CLIENTE:	MARIA APARECIDA SANTOS
DATA DT.BS HISTORICO	VALOR	DATA DT.BS HISTORICO	VALOR	DATA DT.BS HISTORICO	VALOR
-----Melo/2020-----		-----Julho/2020-----		-----Junho/2020-----	
3105 Saldo ant.	8.45 C	3107 Saldo ant.	8.57 C	3006 Saldo ant.	8.49 C
-----Junho/2020-----		DISPONIVEL	0.00 C	0207 03 JUROS	0.04 C
0206 03 JUROS	0.04 C	VLR. BLOQUEADO	0.00 D	3107 03 JUROS	0.04 C
DISPONIVEL	0.00 C	SALDO TOTAL	8.57 C	DISPONIVEL	0.00 C
VLR. BLOQUEADO	0.00 D			VLR. BLOQUEADO	0.00 D
SALDO TOTAL	8.49 C			SALDO TOTAL	8.57 C
MENSAGENS DIVERSAS		MENSAGENS DIVERSAS		MENSAGENS DIVERSAS	
TR + 0,5% A.M.		TR + 0,5% A.M.		TR + 0,5% A.M.	
Leia no verso como conservar este documento, entre outras informacoes.		Leia no verso como conservar este documento, entre outras informacoes.		Leia no verso como conservar este documento, entre outras informacoes.	



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIACHÃO DO DANTAS DA COMARCA DE RIACHÃO DO DANTAS
Rodovia, Bairro Centro, Riachão do Dantas/SE, CEP 49320000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202089101035

DATA:

17/09/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

RIACHÃO DO DANTAS DA COMARCA DE RIACHÃO DO DANTAS
Rodovia, Bairro Centro, Riachão do Dantas/SE, CEP 49320000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202089101035

DATA:

21/09/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro o benefício da gratuidade de justiça requerida pela autora nos termos do art. 98, caput, do CPC. Ademais, diante do retorno gradual das atividades presenciais por força das determinações contidas na Portaria Normativa GP1 n. 62/2020, com a redução no número de audiências a serem realizadas diariamente em razão de todos os cuidados sanitários necessários, bem como visando dar prosseguimento ao feito, sem que o processo permaneça aguardando em cartório o retorno dos atos presenciais, ressaltando o imperativo da celeridade processual que se busca nos processos no Código de Processo Civil, abstenho-me de designar audiência de conciliação, excepcionalmente, determinando o prosseguimento do feito. Desse modo, cite-se a parte ré para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentada a peça de defesa, intime-se a autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. Se na réplica houver juntada de documentos novos, intime-se o requerido para se manifestar, no prazo comum de 15 (quinze) dias acerca de tais. Por fim, volvam-se os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Riachão do Dantas**

Nº Processo 202089101035 - Número Único: 0001028-14.2020.8.25.0007

Autor: MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Réu: SEGURADORA LIDER DE CONSORCIO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro o benefício da gratuidade de justiça requerida pela autora nos termos do art. 98, caput, do CPC.

Ademais, diante do retorno gradual das atividades presenciais por força das determinações contidas na Portaria Normativa GP1 n. 62/2020, com a redução no número de audiências a serem realizadas diariamente em razão de todos os cuidados sanitários necessários, bem como visando dar prosseguimento ao feito, sem que o processo permaneça aguardando em cartório o retorno dos atos presenciais, ressaltando o imperativo da celeridade processual que se busca nos processos no Código de Processo Civil, abstenho-me de designar audiência de conciliação, excepcionalmente, determinando o prosseguimento do feito.

Desse modo, cite-se a parte ré para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Apresentada a peça de defesa, intime-se a autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

Se na réplica houver juntada de documentos novos, intime-se o requerido para se manifestar, no prazo comum de 15 (quinze) dias acerca de tais.

Por fim, volvam-se os autos conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **ERICA MAGRI MILANI, Juiz(a) de Riachão do Dantas**, em 21/09/2020, às 10:22:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001748478-71**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIACHÃO DO DANTAS DA COMARCA DE RIACHÃO DO DANTAS
Rodovia, Bairro Centro, Riachão do Dantas/SE, CEP 49320000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202089101035

DATA:

01/10/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que expedi a carta de citação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIACHÃO DO DANTAS DA COMARCA DE RIACHÃO DO DANTAS
Rodovia, Bairro Centro, Riachão do Dantas/SE, CEP 49320000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202089101035

DATA:

01/10/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202089104745 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEGURADORA LIDER DE CONSORCIO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Riachão do Dantas
Rod. Riachão-Lagarto, s/n
Bairro - Centro Cidade - Riachão do Dantas
Cep - 49320000 Telefone - (79)3643-1241

Normal(Justiça Gratuita)



202089104745

PROCESSO: 202089101035 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0001028-14.2020.8.25.0007
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DOS SANTOS
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DE CONSORCIO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: Defiro o benefício da gratuidade de justiça requerida pela autora nos termos do art. 98, caput, do CPC. Ademais, diante do retorno gradual das atividades presenciais por força das determinações contidas na Portaria Normativa GP1 n. 62/2020, com a redução no número de audiências a serem realizadas diariamente em razão de todos os cuidados sanitários necessários, bem como visando dar prosseguimento ao feito, sem que o processo permaneça aguardando em cartório o retorno dos atos presenciais, ressaltando o imperativo da celeridade processual que se busca nos processos no Código de Processo Civil, abstenho-me de designar audiência de conciliação, excepcionalmente, determinando o prosseguimento do feito. Desse modo, cite-se a parte ré para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentada a peça de defesa, intime-se a autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. Se na réplica houver juntada de documentos novos, intime-se o requerido para se manifestar, no prazo comum de 15 (quinze) dias acerca de tais. Por fim, volvam-se os autos conclusos.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEGURADORA LIDER DE CONSORCIO DPVAT
Residência : Rua Senador Dantas, 5º Andar, 74
Bairro : Centro
Cep : 20031205
Cidade : Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **JANAÍNA FRANÇA ANDRADE DO NASCIMENTO**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Riachão do Dantas, em **01/10/2020, às 14:21:37**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001852198-86**.